

## CURRÍCULOS MÍNIMOS: INJUSTIÇA COGNITIVA E DEMONIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Vinicius Hozana<sup>1</sup>

Clarissa Teixeira<sup>2</sup>

Jefferson Masque<sup>3</sup>

Maria Luiza Süssekind<sup>4</sup>.

### RESUMO

Esta comunicação parte de conversas com um professor de Geografia que atua em três escolas da rede de Ensino Médio pública do Rio de Janeiro sobre a experiência precursora e abissal de unificação curricular no estado. Partindo do contexto presente das políticas de currículo e ameaça à democracia apontamos que a unificação curricular não oferece igualdade a todos como promete, mas provoca o controle do trabalho docente e das aprendizagens dos estudantes, desenhando abissalidades e ampliando a desigualdade social, além de demonizar os professores. A partir das vivências do professor concluímos pela necessidade da defesa da *educação com e para todos* e, portanto, pautada na diferença e solidariedade.

**Palavras-chave:** Justiça Cognitiva. Currículos. Democracia. Demonização de Professores

Entre o fim da ditadura, marcado pela constituição de 1988/LDB/1996 e o *golpe jurídico-político-midiático-legislativo* de 2016/2017 os estudos em educação evidenciam que o país experimentou políticas de democratização, estruturação, ampliação, interiorização e qualificação dos sistemas públicos de educação em todos os níveis e modalidades sendo estas políticas também voltadas para a inclusão, ampliação do acesso, democratização da permanência e valorização da própria ideia de educação pública, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Contudo, desde 2012/2013 enfrentamos disputas, particularmente no campo das políticas curriculares, que chamam atenção para os modos que concebemos a relação educação/sociedade, as intencionalidades das políticas curriculares e a precarização dos instrumentos de construção democrática. Desde então, a *questão da*

<sup>1</sup> Pós-graduandos no PPGEduc/UniRio, Membros do GPPF e professores da rede pública no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Pós-graduandos no PPGEduc/UniRio, Membros do GPPF e professores da rede pública no Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Pós-graduandos no PPGEduc/UniRio, Membros do GPPF e professores da rede pública no Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Jovem Cientista/FAPERJ 2017, Pesquisadora Universal/CNPq. Exerce o cargo eletivo de Segunda Secretária Nacional da ANPEd. É Líder do Grupo de Pesquisa Práticas educativas e formação de professores/GPPF, Professora PPGEduc- UniRio/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e foi coordenadora PIBID/Interdisciplinar UNIRIO 2010-2018. Possui formação em Pós-doutorado em Currículo UBC/The University of British Columbia, Doutorado em Educação PROPED/UERJ, é Magister Scientiae CPDA/UFRRJ e Licenciada em História PUC/RJ. E-mail: [luli551@hotmail.com](mailto:luli551@hotmail.com)



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

*BASE* nos envolve em debates que revisitam os últimos 40 anos de luta pela educação pública e debates teóricos do campo do currículo.

Vimos nos inserindo nos debates observando a evolução de um *Tsunami neoliberal-conservador* (SÜSSEKIND, 2014a) que visualiza a escola e trata-se o direito à educação como nichos de mercado. Defendemos que nosso papel como docentes e pesquisadores é rejeitar a reforma neoliberal conservadora baseada na tríade unificação curricular, avaliação externa padronizada e massificação do material didático pois entendemos que sob a promessa de gerar iguais oportunidades de aprender, realiza controle e caça a autonomia do trabalho docente, descaracterizando a diferença e contribuindo para a crescente desigualdade dos sistemas educacionais. Assim, demoniza (SÜSSEKIND, 2014b) o trabalho docente, abissaliza o estudante, e, desvaloriza a *aula* abduzindo dos currículos sua principal característica que é ser uma criação cotidiana feita como *conversa*, e ameaça a formação de professores e sua docência como trabalhadores-intelectuais.

Afogadas pelas imposições desse *tsunami* as escolas públicas brasileiras enfrentam as tentativas constantes de invisibilizar esses *espaços tempos* (ALVES, 2001) de criação curricular. Cada vez mais evidentes, as prescrições oficiais buscam invadir os currículos das escolas, na tentativa de reduzi-los à mera (re)produção de conteúdo. O desejo constante de sufocar o que é criado nas comunidades escolares tem impactado, principalmente, em escolas públicas localizadas nas grandes periferias, cujos cotidianos se distanciam ainda mais daquilo que se entende como válido e inquestionável, a saber, os procedimentos e princípios dos planos decenais de educação, das grades curriculares e dos documentos de formação continuada de professores, viabilizando, assim, a produção de diversas de práticas injusta cognitiva. É importante ressaltar que os currículos que buscam unificação e consenso silenciam as diferenças e conseqüentemente matam a solidariedade, dificultando a percepção da interdependência que é uma das bases para a construção das redes de conhecimento e valorização dos saberes e práticas de justiça social e cognitiva *no chão das escolas*. Esta comunicação apresenta conversas com um professor de Geografia que atua em três escolas da rede de Ensino Médio pública do Rio de Janeiro sobre a experiência precursora e abissal de unificação curricular no estado que isolou e adoeceu professores na última década.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

Defendendo a ideia de que não há produção de conhecimento sem conflito, nos espaços cotidianos das escolas surgem, apesar de tudo, diversas *conversas complicadas* (PINAR, 2012) que mexem com as linhas abissais (SANTOS, 2010) demarcadas pelo pensamento capitalista, patriarcal, colonialista e hierarquizado acerca das escolas. As conversas em aula, ao contrário dos currículos prescritos, tecem diversidade, diferença e inventividade e seu registro, estudo e troca tem o compromisso político de legitimar as experiências de quem ocupa esse cotidiano, respeitando sua autonomia, sem descaracterizar seus discursos e práticas, sem ser epistemologicamente abissal. O professor compartilha sua experiência de frustração, decepção e descrédito.

Logo no meu primeiro contato com o material da SEEDUC/RJ conheci o documento denominado “currículo mínimo”. Ao analisar a divisão dos assuntos no documento, o único parâmetro de comparação que tinha era minha experiência com o cursinhos e escolas particulares. Notando que o documento era mais enxuto, logo imaginei que seria mais fácil e rápido ministrar os conteúdos. Naquela situação, minha análise não levou em consideração que eu desconhecia o cotidiano daquela escola. Vários foram os empecilhos que encontrei nesse processo de reconhecimento do espaço. Os alunos demoravam para copiar as tarefas expostas no quadro e muitos deles queriam ganhar pontos por efetuar tal tarefa, poucas turmas tinham acesso ao livro didático e muitas alegavam que os professores não utilizavam o material. As avaliações com consulta ao livro e caderno não alcançavam o resultado idealizado por mim, assim como as explanações e debates não contemplavam a expectativa dos alunos em relação a aula.

A tríade capitalismo, colonialismo e patriarcado é responsável pelo mapa abissal que divide a Sociedade Civil Metropolitana (Norte) da Sociedade Selvagem da barbárie colonial (Resto do Mundo) e assim invisibiliza saberes, se apropriando do que lhe é caro, e produzindo ausências, que são os conhecimentos não valorizados e ainda ocultando a história dos vencidos. Desenha um mundo abissal. Nas salas de aula, e sobretudo nos currículos unificados, muitas vezes essa lógica é reproduzida, e os saberes de estudantes e professores não interessam, são jogados para o lado de lá da linha abissal (SANTOS, 2010; SÜSSEKIND, 2014b) e assim produzidos como menos importantes, errados, fracassados, insuficientes, equivocados e até inexistentes perante os currículos (Idem<sup>5</sup>). Agem como se não houvesse

---

<sup>5</sup> E, tomando esta noção de currículo como documento escriturístico, ou como arma social (entendida como fator de homogeneização dos conhecimentos) que por isso mesmo tem o poder de aprofundamento de uma linha abissal já existente. No sentido que desenvolvo a partir de Boaventura Sousa Santos (2010), entendo que esse currículo abissal tece hierarquias de des-pertencimentos entre os conhecimentos que são reconhecidos como válidos, eficientes, adequados ou comuns nas construções curriculares, ou não. Traçando uma linha abissal, esse currículo habita as construções curriculares no cotidiano

conhecimento vivo na Escola, como se o saber válido estivesse fora dela. Não há negociação do *lugar do outro* nos currículos mínimos, que por isso se tornam únicos.

As reformas curriculares propostas pelo governo estadual atenderam à lógica da unificação curricular, que possibilitou a massificação de materiais didáticos, servindo como base de aplicação para testes externos padronizados. O controle do trabalho dos professores via resultados e remuneração é uma das causas do isolamento, da culpabilização, responsabilização, desumanização e conseqüente demonização da docência. Sendo os currículos elaborados como se houvesse uma fórmula ou receita padrão para obter sucesso são sedutores e traiçoeiros. Os que não atingem as metas são rotulados e têm sua competência questionada por não se enquadrarem na lógica estabelecida. Os resultados dos testes de rendimento, como o ENEM e o SAERJ<sup>6</sup>, hierarquizam escolas, estudantes e professores diante da cobrança da sociedade.

Algumas possibilidades resultantes do encontro de tantas trajetórias em um ambiente fértil como a escola, tem, de antemão, que resistir a invisibilidade, apropriação e violência. Várias são as formas de resistências e novos conceitos oriundos dos “derrotados”, aplicando táticas para driblar as estratégias que são impostas, inserindo os saberes cotidianos, significando e valorizando a produção de conhecimento e a unicidade que cada escola apresenta. Resistir é criar alternativas viáveis, como conclui o professor.

No constante exercício de repensar minhas práticas e relembrar experiências desses anos de magistério e tantas escolas e situações distintas, percebo que é possível escapar do rigor dos currículos rígidos e da homogeneização forçada pelo Currículo Mínimo. Tentar alternativas, planejar e executar, estar mais atento ao percurso do que ao destino final, pensando os planos de aula como rios, fluidos, meândricos, mutáveis. Se valer de táticas para escapar da lógica da valorização do conhecimento de acordo com seu valor de mercado e subvertendo o colonialismo intelectual tão vinculado aos epistemicídios que são cometidos diariamente nas salas de aula, sala dos professores e outros espaços comuns aos ambientes escolares e para além das escolas. Aplicar metodologias baseadas no *conhecer com* e não no *conhecer sobre*, desenvolver práticas *nosdoscum* os cotidianos.

---

das escolas criando exclusões, invisibilidades e inexistências, assim potencializam (SÜSSEKIND, 2014) uma das mais importantes conseqüências das unificações curriculares para Pinar: a demonização dos professores. (SÜSSEKIND, 2014b, p. 7).

6 Sistema de Avaliação estadual no Rio de Janeiro instituído em 2008 avalia o desempenho de estudante do 3º ano do EM e foi suspenso em 2016 como demanda das ocupações de escolas.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, N. Decifrando o pergaminho – o cotidiano na escola nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I. ALVES, N. Pesquisa no/do cotidiano das escolas, sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PINAR, W. What is Curriculum Theory. Second Edition. New York: Routledge, 2012.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (org.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p.31-83.

SÜSSEKIND, M. L. Taking advantage of the paradigmatic crisis: Brazilian Everyday Life Studies as a new epistemological approach to the understanding of teacher's work. Revista Citizenship, Social and Economics Education. Vol. 13, no. 3, (199-210), 2014a.

SÜSSEKIND, M. L.. As (im)possibilidades de uma base comum nacional. Revista e Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1512 – 1529 out./dez. 2014b.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>